

JAMES PETRAS

Referendo Venezuelano: Um *post-mortem* e suas conseqüências

Este artigo analisa o referendo de dezembro de 2007 na Venezuela como parte das transformações sociais em curso no país. Após apresentar as principais reformas constitucionais em apoio ao projeto socialista de Chávez e os apelos de adversários por intervenção militar, são discutidas as causas e conseqüências da derrota eleitoral. O diagnóstico aponta erros de campanha e fraquezas estruturais, com destaque para dois problemas que influenciaram a elevada abstenção de eleitores: escassez de alimentos e inflação.



This article analyzes the December 2007 Venezuelan referendum as part of the ongoing process of social transformations in the country. After presenting the key constitutional reforms supporting Chavez's socialist project and the oppositional groups' attempts for military intervention, the causes and consequences of the electoral defeat are discussed. The diagnosis points campaign errors and structural weakness, highlighting two problems that influenced the high number of voters' abstention: scarcity of food and inflation.

James Petras: Professor de Sociologia na Universidade de Binghamton e editor-participante da revista *Latin American Perspectives*.

1 INTRODUÇÃO

As reformas constitucionais venezuelanas em apoio ao projeto socialista do presidente Chávez foram derrotadas pela estreita margem de 1,4% de 9 milhões de eleitores. O resultado, porém, foi severamente comprometido pela abstenção de 45% do eleitorado, ou seja, apenas 28% dos eleitores votaram contra as mudanças progressistas propostas pelo presidente Chávez. Enquanto a votação foi um “balde de água fria” na tentativa da Venezuela libertar-se da dependência de petróleo e do controle capitalista sobre os setores produtivos e financeiros estratégicos, isto não muda a maioria de 80% no Legislativo nem enfraquece as prerrogativas do setor Executivo. Apesar disso, a vitória marginal da direita proporciona uma sensação de poder, influência e oportunidade aos seus esforços para tirar do caminho as reformas socioeconômicas do presidente Chávez e para desalojar seu governo e/ou forçá-lo a se reconciliar com os agentes das velhas elites no poder.

Deliberações internas e debates se iniciaram dentro do movimento chavista e entre diferentes grupos opositoristas. Um dos fatos certamente sujeitos a discussão é esse: mais de 3 milhões de eleitores que votaram em Chávez na eleição de 2006 (na qual obteve 63% dos votos) não participaram do referendo. A direita apenas aumentou sua votação em 300 mil votos. Mesmo se estes votos vieram de eleitores insatisfeitos com Chávez, e não de eleitores direitistas da classe média, isto representa uma abstenção de 2,7 milhões de eleitores de Chávez.

2 O REFERENDO: DEFININDO E APROFUNDANDO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Uma breve análise das principais emendas constitucionais, abertamente debatidas e aprovadas pela maioria dos congressistas venezuelanos livremente eleitos, desmente as acusações

de “autoritarismo” feitas por seus críticos. Como observado, as emendas podem ser agrupadas de acordo com mudanças políticas, econômicas e sociais.

Entre as mudanças políticas, a mais importante é a criação de novas formas democráticas localizadas de representação política, em que recursos estatais serão repassados à comunidade eleita e às instituições locais, ao invés de aos governos estaduais e municipais, corruptos e clientelistas. Esta mudança rumo à descentralização encorajará uma maior prática da democracia direta, em contraste às tendências oligárquicas incrustadas no atual sistema representativo centralizado. Em segundo lugar, ao contrário do afirmado pelo ex-general Baduel, as emendas não “destroem a Constituição existente”, já que modificam, em maior ou menor grau, apenas 20% dos artigos da Constituição (69 de 350).

As emendas garantindo reeleição ilimitada estão em concordância com as práticas de muitos sistemas parlamentares, como se pode ver pelos cinco mandatos do primeiro-ministro australiano Howard, do governo de meio século do Partido Liberal Democrático do Japão, dos quatro mandatos do presidente dos EUA Franklin Roosevelt, dos repetidas reeleições de Margareth Thatcher e Tony Blair no Reino Unido, entre outros. Ninguém jamais questiona as credenciais democráticas destes países por causa da permanência no Executivo por vários mandatos, nem deveria a crise atual rotular Chávez de “autoritário” por fazer o mesmo.

Uma mudança política elevando o mandato presidencial de seis para sete anos nem aumenta nem diminui os poderes presidenciais, como clama a oposição, pois a separação dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo permanecerá e eleições livres submeterão o Presidente à crítica sistemática dos cidadãos.

Nas eleições ilimitadas existe um ponto-chave, qual seja, elas são eleições livres, sujeitas à preferência do eleitor, sobre

a qual, no caso da Venezuela, a grande maioria da mídia, a hierarquia católica, ONGs fundadas pelos EUA e grandes associações comerciais ainda investirão enormes recursos financeiros para financiar as atividades da oposição – o que dificilmente caracteriza um contexto “autoritário”.

A emenda que garante ao Executivo declarar estado de emergência e intervir nos meios de comunicação diante de atividade violenta para derrubar a Constituição é essencial na salvaguarda das instituições democráticas. Tendo em vista as diversas tentativas autoritárias e violentas da atual oposição para tomar o poder, a emenda permite discordância, mas permite também que a democracia se defenda contra os inimigos da liberdade. Se, durante o golpe de 11 de abril de 2002, apoiado pelos Estados Unidos, e a dispensa, pelos patrões, de trabalhadores petrolíferos, que devastou a economia (um declínio de 30% de Produto Nacional Bruto em 2002/2003), o governo possuísse e tivesse usado poderes de emergência, Congresso e Judiciário, o processo eleitoral e os padrões de vida da população venezuelana teriam sido mais bem protegidos. Particularmente, o governo poderia ter interferido nos meios de comunicação, que ajudavam e cooperavam para a violenta derrubada do processo democrático, como qualquer outro governo democrático faria. Deve ficar claro que a emenda que garante “poderes emergenciais” tem um contexto específico e reflete experiências concretas: os atuais partidos de oposição, uniões comerciais e setores da Igreja têm um histórico violento e antidemocrático. A campanha de desestabilização contra o referendo e os apelos por intervenção militar, conduzidos de modo destacado e explícito pelo general aposentado Baduel, mostram que poderes emergenciais são absolutamente necessários para deixar claro que a violência reacionária será combatida com toda a força da lei.

Outra decisão, a redução da maioria eleitoral de 18 para 16 anos, vai expandir o eleitorado, elevar o número de eleitores

e proporcionar aos jovens maior presença na política nacional através de meios institucionais. Como vários trabalhadores ingressam muito jovens no mercado e, em alguns casos, iniciam famílias mais cedo, esta emenda faculta a jovens trabalhadores pressionar por necessidades específicas em empregos e contratos de representatividade.

A emenda que reduz a jornada de trabalho para 6 horas é rebatida veementemente pela oposição liderada pela Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecamaras), mas tem o apoio massivo das uniões de trabalhadores de todos os setores. Esta emenda possibilita mais tempo com a família, esportes, educação, capacitação, educação política e participação social, bem como integração nos conselhos comunitários recentemente criados. Associados a uma legislação trabalhista e a mudanças nos direitos de propriedade, inclusive com destaque à propriedade coletiva, fortalecerão o poder de barganha da classe trabalhadora diante do capital, e, ao mesmo tempo estenderão a democracia ao local de trabalho.

Finalmente, como prevê a emenda que elimina a chamada “autonomia do Banco Central”, funcionários eleitos sensíveis às necessidades dos eleitores substituirão dirigentes do Banco Central (frequentemente afeitos a banqueiros privados, investidores estrangeiros e funcionários do setor financeiro internacional) na decisão sobre gastos públicos e política monetária. Uma grande conseqüência disto será a redução do excesso de reservas em fundos nominais de dólar desvalorizado e um aumento no financiamento de atividades sociais e produtivas, uma diversificação dos ativos financeiros e uma redução dos irracionais empréstimos estrangeiros e endividamentos. O fato é que o Banco Central não era “autônomo”, mas dependente das demandas do mercado financeiro e independente das prioridades dos funcionários eleitos, atendendo às necessidades populares.

3 GOVERNO CHÁVEZ, SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E SOLUÇÕES MILITARES

À medida que a Venezuela caminha da transformação política para a social, de um Estado de bem-estar capitalista para o socialismo democrático, ocorrem previsíveis retiradas e acréscimos. Como em muitas outras experiências históricas de transformação social, setores da coalizão original do governo, engajados nas mudanças políticas institucionais formais, se afastam quando o processo político se direciona para uma maior igualdade e uma mudança do poder a favor da população. Ideólogos do “centro” se ressentem pela “quebra” do “consenso” vigente entre oligarcas e povo (rotulando o novo alinhamento social de “autoritário”), mesmo quando o “centro” assume a direita profundamente antidemocrática e apela para intervenção militar.

Um símbolo da nova direita e das deserções “centristas” é o ex-ministro da Defesa, Raul Baduel, cujos virulentos ataques ao Presidente, ao Congresso, ao processo eleitoral e ao referendo, o apontam como aspirante a encabeçar um golpe da direita para tomar o poder, apoiado pelos EUA. A mídia liberal e direitista e os propagandistas inescrupulosos do “centro” têm retratado Raul Baduel falsamente como “salvador” de Chávez, na seqüência do golpe militar de abril de 2002. Contudo, Baduel só interveio depois que centenas de milhares de venezuelanos saídos das “fazendas” cercaram o Palácio Presidencial, levando a uma divisão nas Forças Armadas. Baduel rejeitou a minoria de militares direitistas que defendiam um banho de sangue e se juntou a outros militares que se opunham a medidas extremas contra o povo e a destruição da ordem política estabelecida. Este grupo incluía oficiais que apoiaram as políticas nacional-populistas de Chávez e outros, como Baduel, que estavam contra os responsáveis pelo golpe, pois o evento radicalizou e polarizou a sociedade – levando a uma possível

guerra civil baseada na luta de classes, com resultados imprevisíveis. Baduel era a favor do retorno de um Chávez “castigado”, que manteria o *status quo* existente.

No governo Chávez, Baduel representava a tendência anti-comunista, que pressionou o Presidente a se “reconciliar” com a direita “democrática moderada” e os grandes negócios. Domesticamente, Baduel se opôs à extensão da propriedade pública e, internacionalmente, apoiou uma colaboração estreita com o Ministério da Defesa colombiano, de extrema-direita.

O mandato de Baduel como ministro da Defesa refletiu suas propensões conservadoras e sua falta de competência em assuntos de segurança, especialmente no relacionado à segurança interna. Ele fracassou em proteger as fronteiras da Venezuela de incursões militares das Forças Armadas colombianas. Pior, ele fracassou em desafiar as flagrantes violações colombianas às normas internacionais sobre exilados políticos. Quando Baduel foi ministro da Defesa, grupos paramilitares armados pertencentes a senhores de terras venezuelanos assassinaram mais de 150 camponeses que lutavam pela reforma agrária, enquanto a Guarda Nacional olhava para o outro lado. Sob o controle de Baduel, mais de 120 forças paramilitares colombianas se infiltraram no país. Os militares colombianos freqüentemente cruzaram a fronteira venezuelana para atacar refugiados colombianos. Sob Baduel, militares venezuelanos colaboraram no seqüestro de Rodrigo Granda (um emissário de assuntos internacionais das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC), em plena luz do dia no centro de Caracas. Baduel não fez nenhum esforço para investigar ou protestar contra esta grosseira violação da soberania venezuelana, até que o presidente Chavez foi informado e interveio. Durante o mandato de Baduel como ministro da Defesa, ele desenvolveu fortes laços com a inteligência militar da Colômbia (monitorada de perto pela Agência de Inteligência de Defesa dos EUA e a CIA) e extraditou vários guerrilheiros tanto do

Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN), quanto das FARC para as mãos de torturadores colombianos.

À época do seu afastamento como ministro da Defesa, Baduel fez um discurso em julho de 2007, no qual claramente mirava esquerdistas e marxistas atuantes na central sindical (União Nacional de Trabalhadores - UNT) e no recém-anunciado partido de Chávez (Partido Socialista Unificado da Venezuela - PSUV). Seu discurso, em nome dos “socialistas cristãos”, foi na verdade uma crítica anticomunista injuriosa e doentia, que agradou ao papa Benedito (Ratzinger).

O discurso de Baduel em 5 de novembro, entretanto, marca sua adesão à linha dura da oposição, com sua retórica, suas invenções e visões de um lado autoritário do programa de socialismo democrático de Chávez. Antes de mais nada, Baduel, seguindo o comando da Casa Branca e da extrema-direita venezuelana, denunciou todo o processo de debate das emendas constitucionais no Congresso e a campanha eleitoral aberta, transformando o referendo em “de fato, um golpe de Estado”. Todos os especialistas e observadores externos discordavam – mesmo os que se opunham ao referendo. A intenção de Baduel, no entanto, era questionar a legitimidade de todo o processo político de modo a justificar seu chamado por uma intervenção militar. Sua retórica, chamando o debate e a votação no Congresso de “fraude” e “procedimentos fraudulentos”, mostra o seu esforço em denegrir as instituições representativas existentes, a fim de justificar um golpe militar, que dismantalaria estas instituições.

A negação de Baduel de que seus fins sejam políticos é risível – tendo em vista que ele convidou apenas meios de comunicação e políticos de oposição para sua “entrevista coletiva” e foi acompanhado por diversos oficiais militares. Baduel lembra o ditador que acusa as vítimas dos crimes que ele está prestes a cometer. Ao chamar o referendo para as reformas constitucionais de “golpe”, incita os militares ao golpe. Ao fa-

zer um apelo por ação militar, leva os militares a “pensar sobre o contexto da reforma constitucional”. Ele apela repetidamente aos oficiais militares para “avaliar cuidadosamente” as mudanças que o governo eleito propôs “de maneira precipitada e através de processos fraudulentos”. Enquanto denigre as instituições democraticamente eleitas, Baduel se vale de elogios vulgares e falsa modéstia para induzir os militares à revolta. Enquanto, sem modéstia, negava poder atuar como porta-voz das Forças Armadas, ele avisava aos repórteres direitistas presentes e ao potencial grupo de militares que lhe seguiria que “não se pode subestimar a capacidade de análise e racionalização dos militares”.

Fingimento, hipocrisia e postura desinteressada permeavam os pronunciamentos de Baduel. Sua declaração de ser um crítico “apolítico” é desmentida pela intenção de sair em pregação pelo país, atacando as reformas constitucionais, em encontros organizados pela oposição direitista. Não há nenhuma dúvida de que ele não apenas se dirigirá ao público civil, mas fará todos os esforços para se encontrar com militares ativos aos quais poderá convencer a “refletir”... e tramar a derrubada do governo e reverter os resultados do referendo. O presidente Chávez tem todo o direito de condenar Baduel como um traidor, embora, dada sua duradoura hostilidade à transformação social igualitária, seja o caso de dizer que agora Baduel está revelando sua verdadeira face.

O perigo para a democracia venezuelana não está em Baduel como um indivíduo – ele está fora do governo e aposentado do comando militar ativo. O perigo real está em seu esforço para atizar os militares ativos no comando de tropas a responder a seu chamado para ação ou, como ele habilmente coloca, “para os militares refletirem sobre o contexto das reformas constitucionais”. A análise e o programa de ação de Baduel colocam os militares como a peça central da política, superior à vontade de 16 milhões de eleitores.

Sua defesa veemente da “propriedade privada” aliada ao apelo pela ação dos militares é uma engenhosa tática para unir os generais, banqueiros e a classe média nos infames passos de Augusto Pinochet, o sangrento tirano chileno.

A polarização de classes na corrida pelo referendo alcançou seu ponto crucial: o restante da coalizão multiclassista, incluindo uma minoria da classe média e a grande maioria da classe trabalhadora, está se desintegrando. Milhões de jovens trabalhadores, desempregados e mulheres de baixa renda (domésticas, lavadeiras, mães solteiras), antes apáticos ou apolíticos, se juntaram a enormes demonstrações populares nas principais avenidas e praças a favor das emendas constitucionais. Ao mesmo tempo, aumentaram as deserções políticas da minoria centro-liberal na coalizão de Chávez; catorze deputados da Assembléia Nacional, menos de 10%, a maior parte da articulação “Por la Democracia Social”- Podemos, se juntaram à oposição. Fontes confiáveis na Venezuela (*Axis of Logic/Les Blough*, de 11 de novembro de 2007) informam que o procurador geral, Beneral Isaias Rodriguez, um combatente do crime particularmente incompetente, e o controlador geral, Cloudosbaldo Russian, parecem ter se demitido e passado à oposição. Mais grave, os mesmos relatórios afirmam que a 4ª Divisão Armada em Maracaçay é leal ao “golpista” Raul Baduel. Alguns suspeitam que Baduel esteja usando suas antigas relações pessoais com o atual ministro da Defesa, Gustavo Briceno Rangel, para convencê-lo a desertar e se juntar às preparações pré-golpe. Grandes somas teriam vindo dos Estados Unidos para pagar funcionários estaduais e locais, em dinheiro e com promessas de dividir os lucros do petróleo se Chávez for expulso. A última “jogada” política dos Estados Unidos inclui o governador Luis Felipe Acosta Carliz, do estado de Carabobo. A mídia apresentou repetidamente estes novos desertores que se associam à direita em seus noticiários de hora em hora, reforçando seu rompimento com “o golpe de Estado” de Chávez.

4 DIAGNÓSTICO DA DERROTA

Sempre que o problema de uma transformação socialista é colocado no topo da agenda governamental, como Chávez fez nestas mudanças constitucionais, todas as forças da reação direitista e sua classe média (“progressista”) unem forças e esquecem suas usuais disputas partidárias. Os apoiadores e organizadores populares de Chávez enfrentaram um vasto elenco de adversários, cada um com poderosos instrumentos de poder:

1. Numerosas agências governamentais estadunidenses (CIA, Agency for International Development - AID, National Endowment for Democracy - NED, e os funcionários políticos da Embaixada), seus terceirizados (ONGs, programas de formação e recrutamento de estudantes, editores de jornais e anunciantes da grande mídia), suas multinacionais e a Câmara do Comércio dos EUA (pagando por anúncios, propaganda e ações de rua anti-referendo);

2. As maiores associações empresariais venezuelanas, como a Fedecamaras, Câmaras de Comércio e comerciantes de atacado e varejo que investiram milhões de dólares na campanha, encorajaram a fuga de capitais e promoveram estocagem, atividades do mercado negro para diminuir a oferta de alimentos básicos em mercados populares varejistas;

3. A mídia privada, com mais de 90% dos meios de comunicação envolvidos em uma virulenta e incessante campanha de propaganda, feita com mentiras as mais absurdas, inclusive histórias de que o governo iria arrancar crianças das suas famílias e confiná-las em escolas controladas pelo governo (a mídia dos EUA repetiu estas mentiras obviamente doentias – sem exceção);

4. A hierarquia católica, dos cardeais aos párocos locais, usou suas intimidantes plataformas e homilias para fazer propaganda contra as reformas constitucionais – mais importante, diversos bispos transformaram suas igrejas em centros de organização da violenta extrema-direita, resultando, em um caso, no assassinato de um trabalhador da indústria do petróleo pró-Chávez que desafiou suas barricadas.

Os líderes do quarteto contra-reforma conseguiram resgatar e atrair pequenos setores da ala liberal das delegações de Chávez no Congresso e alguns governadores e prefeitos, bem como vários ex-esquerdistas (alguns dos quais participaram de guerrilhas há quarenta anos), ex-maoístas do grupo “Bandeira Vermelha” e vários líderes e setores sindicais trotskistas. Um número substancial de acadêmicos democratas (Edgar Lander, Heinz Dietrich) encontrou desculpas insignificantes para se opor às reformas igualitárias, proporcionando um verniz intelectual à propaganda da elite radical sobre as tendências “ditatoriais” ou “bonapartistas” de Chávez.

Esta coalizão díspar liderada pela elite venezuelana e o governo estadunidense se fiou basicamente em repetir a mesma mensagem geral: a emenda de reeleição, o poder de suspender temporariamente certas medidas constitucionais em momentos de emergência nacional (como o golpe militar e as greves de empregadores de 2002 e 2003), a nomeação pelo Executivo de administradores regionais e a transição para o socialismo democrático eram parte de uma conspiração para impor o “comunismo cubano”. Propagandistas liberais e de direita tornaram a proposta de reeleição ilimitada (uma prática parlamentarista em todo mundo) em uma “apropriação de poder” por um tirano “autoritário”, “totalitário”, “sedento de poder”, de acordo com a mídia privada venezuelana e seus parceiros estadunidenses nas redes de televisão (CBC, NBC, ABC, NPR) e jornais (*New York e Los Angeles Times, Washington Post*).

REFERENDO VENEZUELANO: UM *POST-MORTEM* E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

A emenda garantindo poderes emergenciais ao Presidente foi descontextualizada do golpe militar da elite civil apoiado pelos EUA, da dispensa de funcionários (2002-2003), do recrutamento e infiltração da elite nos esquadrões da morte paramilitares colombianos (2005), do seqüestro de um cidadão colombiano-venezuelano pela polícia secreta colombiana no centro de Caracas (2004) e de convocações abertas para um golpe militar pelo ex-ministro da Defesa, Baduel.

Cada setor da coalizão contra-reforma liderada pela ala direita focou grupos distintos e sobrepostos com apelos diferenciados. Os Estados Unidos concentraram-se em recrutar e treinar estudantes para lutas de rua, canalizando milhares de dólares via AID e NED para “organização da sociedade civil” e “resolução de conflitos” (um toque de humor negro?) no mesmo estilo das experiências iugoslava, ucraniana e georgiana. Os EUA também distribuíram recursos a seus clientes de longa data – a quase morta confederação sindical “social-democrata”, a Confederação de Trabalhadores Venezuelanos (CTV), os meios de comunicação de massa e outros aliados da elite. A Fedecamaras concentrou-se nos setores de pequenos e grandes negócios, profissionais bem pagos e consumidores de classe média. Estudantes direitistas iniciaram a violência nas ruas e confrontaram estudantes esquerdistas dentro e fora dos *campi*. A mídia e a Igreja Católica se encarregaram de gerar medo no público. Os acadêmicos social-democratas pregaram “NÃO” ou abstenção a seus colegas progressistas e estudantes esquerdistas. Os trotskistas dividiram setores sindicais com seu palavrório pseudo-marxista sobre “Chávez, o Bonapartista” com suas tendências “capitalistas” e “imperialistas”, incitaram estudantes treinados pelos EUA e partilharam a plataforma do “NÃO” com os chefes da CTV, fundada pela CIA. Tais foram as profanas alianças na corrida pelo voto.

No período pós-eleição, esta instável coalizão apresentou diferenças internas. Liderada pelo governador de Zulia, Rosa-

les, a centro-direita, convoca um novo “encontro” e “diálogo” com os ministros chavistas “moderados”. Corporificada no ex-general Baduel (ídolo dos setores pseudo-esquerdistas), a extrema-direita insiste no benefício de destituir o presidente-eleito Chávez e o Congresso, porque ele declarou: “Eles ainda têm o poder para legislar reformas”! Estes são nossos democratas! Os setores esquerdistas voltarão a citar os textos de Lênin e Trotsky (revirando-se em seus túmulos), organizando greves por aumentos de salários... no novo contexto de poder crescente da direita para o qual eles contribuíram.

5 FRAQUEZAS ESTRUTURAIS E DA CAMPANHA DOS REFORMADORES CONSTITUCIONAIS

A ala direitista conseguiu ganhar sua pequena maioria em virtude de sérios erros na campanha eleitoral chavista, bem como de profundas fraquezas estruturais.

Na campanha do referendo houve diversas falhas. Líder do movimento da reforma constitucional, o presidente Chávez se ausentou do país por várias semanas nos dois últimos meses da campanha (Chile, Bolívia, Colômbia, França, Arábia Saudita, Espanha e Irã), privando a campanha do seu mais dinâmico porta-voz. O presidente Chávez esteve mergulhado em assuntos que não tinham nenhuma relevância para seus apoiadores e pode ter proporcionado munção para a direita. Sua tentativa de mediar a troca de prisioneiros colombianos absorveu enorme quantidade de tempo e levou, previsivelmente, a nada, já que o presidente Uribe, do esquadrão da morte colombiano, interrompeu abruptamente sua mediação com provocativos insultos e calúnias, levando a uma séria ruptura diplomática. Do mesmo modo, durante os encontros da Cúpula Ibero-Americana e seus desdobramentos, Chávez se envolveu em um bate-boca com o rei da Espanha, desviando-o de enfrentar problemas domésticos como a inflação e o desabastecimento, instigado pela elite, de produtos alimentares.

REFERENDO VENEZUELANO: UM *POST-MORTEM* E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Muitos ativistas pró-Chávez falharam em elaborar e explicar os efeitos positivos das reformas propostas, ou em levar de casa em casa a discussão em reação à monstruosa propaganda (“roubando crianças das suas mães”) disseminada por pá-ros e pela mídia. Eles também assumiram muito facilmente que as mentiras criadas para espalhar o medo eram auto-evidentes e tudo o que precisavam fazer era denunciá-las. Pior de tudo, diversos líderes “chavistas” falharam em organizar qualquer apoio porque se opuseram às emendas, que reforçavam os conselhos locais em detrimento de prefeitos e governadores. A campanha falhou em intervir e exigir igual tempo e espaço em toda a mídia privada de modo a criar um campo de debates nivelado. Demasiada ênfase foi dada a demonstrações massivas no centro e não em programas de curto prazo importantes para os bairros pobres – solucionando problemas imediatos, como o desaparecimento do leite das prateleiras de supermercados, o que irritou seus apoiadores naturais.

Havia dois problemas básicos a influenciar profundamente a abstenção eleitoral da massa de partidários de Chávez: a prolongada escassez de alimentos e bens de consumo doméstico básicos e a inflação excessiva e aparentemente incontrolável (18%) durante o último semestre de 2007, que nem foi controlada nem compensada pelos aumentos salariais, especialmente entre os 40% de trabalhadores autônomos do setor informal.

Alimentos básicos como leite em pó, carne, açúcar, feijão e muitos outros itens desapareceram dos supermercados e até mesmo dos armazéns públicos. Empresários do agronegócio se negaram a produzir e comerciantes varejistas se recusaram a vender porque o controle de preços pelo Estado (estabelecido para controlar a inflação) diminuiria seus lucros exorbitantes. Ao se recusar a “intervir”, o governo comprou e importou milhões de dólares em alimentos – muitos dos quais não alcançaram os consumidores populares, pelo menos aos preços fixados. Parcialmente por causa dos baixos lucros e em grande

parte como um elemento-chave na campanha anti-reforma, atacadistas e varejistas estocaram ou venderam uma parte substancial das importações a comerciantes do mercado negro, ou as canalizaram para supermercados das camadas de alta renda.

Como evidenciado, a inflação foi um resultado do aumento de salários em todas as classes e o conseqüente crescimento da demanda por bens e serviços no contexto de uma queda massiva na produtividade, investimento e produção. A classe capitalista se engajou no desinvestimento, fuga de capital, importações de luxo e especulação nos fundos de investimento de médio prazo e no mercado imobiliário (alguns corretamente destruídos pelo recente colapso da bolha imobiliária de Miami).

As meias-medidas de intervenção estatal e a retórica radical do governo foram fortes o bastante para obter a resistência dos grandes empresários e provocar fuga de capitais, e ao mesmo tempo, eram muito fracas para desenvolver instituições alternativas de produção e distribuição. Em outras palavras, a crescente crise da inflação, escassez de alimentos e fuga de capital questiona a existência de uma prática bolivariana de economia mista, baseada na parceria público-privada, financiando um Estado de bem-estar social extensivo. O grande capital agiu, primeiro, economicamente, boicotando e quebrando o “pacto social” implícito com o governo Chávez. Implícito no “pacto social” estava uma permuta: grandes lucros e altas taxas de investimento para elevar o emprego e o consumo popular. Com forte apoio e intervenção dos seus parceiros estadunidenses, o grande negócio venezuelano mobilizou-se politicamente para tirar vantagem do descontentamento popular, com o objetivo de desencaminhar as reformas constitucionais propostas. Seu próximo passo é reverter o momento incerto da reforma socioeconômica por uma combinação de pactos com ministros social-democratas da administração Chávez e ameaças de uma nova ofensiva, aprofundando a crise econômica e apostando em golpe.

6 ALTERNATIVAS POLÍTICAS

Decididamente, o governo Chávez precisa agir de imediato para retificar alguns problemas domésticos e locais básicos, que levaram ao descontentamento e à abstenção, e que estão minando sua base popular. Por exemplo, populações dos bairros pobres atingidos por enchentes e deslizamentos de terra continuam sem casa após dois anos de promessas não cumpridas e de agências de governo completamente ineptas. Sob controle popular, o governo deve intervir imediata e diretamente para controlar todo o programa de distribuição de comida, alistando trabalhadores portuários, do transporte e do varejo e conselhos de moradores, para garantir que os alimentos importados encham as prateleiras e não os bolsos de atacadistas, grandes varejistas e vendedores ilegais de menor escala, contrários às reformas. O que o governo não garantiu aos grandes barões e fazendeiros de gado no relacionado à produção de comida deve assegurar via expropriação em larga escala, investimentos e cooperação para superar a “produção” empresarial e as greves de suprimentos. A adesão voluntária demonstrou não funcionar. O dogma da “economia mista”, que apela ao “cálculo econômico racional”, não funciona quando altos interesses políticos estão em jogo.

Para financiar mudanças estruturais na produção e distribuição, o governo é obrigado a controlar e assumir o comando dos bancos privados, profundamente envolvidos em lavagem de dinheiro, facilitando a fuga de capitais e encorajando investimentos especulativos ao invés da produção de bens essenciais para o mercado doméstico.

As reformas constitucionais deram um passo adiante no sentido de criar uma moldura jurídica para a reforma estrutural, pelo menos no sentido de ir além de uma economia mista controlada pelo capital. Contudo, o “legalismo” excessivo do governo Chávez insistindo em um novo referendo subestimou

a base legal existente para reformas estruturais, disponível para o governo lidar com demandas crescentes de dois terços da população que o elegeu, em 2006.

No período pós-referendo, o debate interno no movimento chavista está se aprofundando. A massa de trabalhadores pobres, sindicalistas e funcionários públicos exige aumentos salariais para se manter ante a inflação e o fim dos preços elevados e da escassez de mercadorias. Eles se abstiveram pela falta de ação efetiva do governo – não em virtude da propaganda direitista ou liberal. Eles não são direitistas ou socialistas, mas podem se tornar partidários dos socialistas, caso estes solucionem a tripla calamidade de escassez, inflação e poder de compra decrescente.

Inflação é uma vingança particular para os trabalhadores mais pobres, largamente localizados no setor informal, porque nem seus ganhos são indexados à inflação, como no caso dos trabalhadores sindicalizados no setor formal, nem eles podem facilmente aumentar seus ganhos, mediante negociação coletiva, já que muitos não estão ligados a nenhum contrato com compradores ou empregadores. Assim, na Venezuela (como em qualquer lugar), a inflação dos preços é o pior desastre para os pobres e a razão de grande descontentamento. Regimes, mesmo os direitistas e neoliberais, que estabilizam preços ou reduzem consideravelmente a inflação, usualmente asseguram, pelo menos, apoio temporário das classes populares. Apesar disso, políticas antiinflacionárias raramente têm tido algum papel na política da esquerda (para sua infelicidade), e a Venezuela não é exceção.

No âmbito da administração, do partido e da liderança do movimento social, há muitas posições, mas elas podem ser simplificadas em dois pólos opostos. De um lado, a posição dominante pró-referendo, levada adiante pelos ministérios da economia, finanças e do planejamento, busca cooperação com investidores domésticos e estrangeiros, banqueiros e empresários do agronegócio, para elevar a produção, os investimen-

REFERENDO VENEZUELANO: UM *POST-MORTEM* E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

tos e o padrão de vida dos pobres. Eles confiam em apelos à cooperação voluntária, garantias à propriedade privada, abatimentos de taxas, acesso à moeda estrangeira em termos favoráveis e outros incentivos, além de alguns controles do capital volátil e dos preços, mas não dos lucros.

Do outro lado, conforme defende o setor pró-socialista, esta política de parceria não funcionou e é a fonte do atual impasse político e dos problemas sociais. Neste setor, alguns propõem um papel mais destacado para a propriedade pública e o controle estatal, de modo a direcionar investimentos, aumentar a produção e barrar o boicote e o estrangulamento da distribuição. Outro grupo defende que conselhos de trabalhadores autogestionários organizem a economia e pressionem por um novo “Estado revolucionário”. Um terceiro grupo argumenta a favor de um Estado misto com propriedade pública e auto-regulamentada, cooperativas rurais e propriedade privada em pequena e média escala, em um mercado altamente regulado.

A ascendência futura do grupo de economia mista pode levar a acordos com a oposição “liberal moderada” – mas a falha em cuidar da escassez e da inflação apenas exacerbará a crise atual. A ascendência de grupos mais radicais vai depender tanto do fim da sua fragmentação e do seu sectarismo, como da sua habilidade em organizar um programa conjunto com o líder político mais popular do país, o presidente Hugo Chávez.

O referendo e suas conseqüências (embora importantes hoje) são um mero episódio na luta entre o capitalismo autoritário imperial centralizado e o socialismo centralizado dos trabalhadores democráticos.

Traduzido por Camila Alves Costa